

**HABEAS CORPUS Nº 566.479 - MG (2020/0066098-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : GEOVANE LIDOGARIO DO ROSARIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. POSSE DE ENTORPECENTE NO INTERIOR DO PRESÍDIO. ALEGAÇÃO DE IMPRESCINDIBILIDADE DE LAUDO TOXICOLÓGICO. PLEITO NÃO EXAMINADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GEOVANE LIDOGARIO DO ROSARIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no Agravo em Execução Penal n.º 1.0433.17.001417-2/001.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais reconheceu a prática de falta grave cometida pelo Paciente no dia 10/09/2019, consistente na posse de drogas para uso próprio, determinando a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos ou por serem remidos até a data da falta, a regressão do regime para o fechado e a interrupção da contagem do prazo para benefícios na execução (fls. 24-25).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução penal, que foi desprovido pelo Colegiado de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 67):

*"EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - FALTA GRAVE - POSSE DE ENTORPECENTES PARA USO PRÓPRIO - PRÁTICA DE FATO DEFINIDO COMO CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO - ARTIGO 52 DA LEP - FALTA GRAVE CONFIGURADA - INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 28 DA LEI Nº 11.343/08 - INEXISTÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO. - A prática de fato definido como crime doloso, no curso da execução penal, configura falta grave, nos moldes do artigo 52 da LEP, independente das sanções aplicadas ao delito. - Constatado que o agravante praticou fato definido como crime doloso, qual seja, a posse de entorpecentes para uso*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*próprio, o reconhecimento de falta grave e consequente aplicação das sanções previstas no artigo 127 da LEP, são medidas que se impõem. - Não há que se falar em inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 11.343/06, com base na inexistência de lesividade, porquanto o dispositivo tutela a saúde pública, sendo irrelevante a lesividade apurada no caso concreto."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 89-95).

Neste writ, a Impetrante sustenta, em suma, ser *"imprescindível a elaboração de laudo toxicológico para o reconhecimento da falta grave decorrente da prática de tráfico de drogas ou de posse de substância entorpecente, não podendo o exame pericial ser suprido por outros meios de prova, nem mesmo pela confissão do apenado"* (fl. 6).

Requer, em liminar e no mérito, *"a concessão da ordem para que sejam afastados os efeitos decorrentes da falta grave erroneamente imputada ao Paciente, vez que não foi elaborado laudo toxicológico"* (fl. 10).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O Juízo das Execuções Penais, ao reconhecer a prática de falta grave, consignou o que se segue (fls. 24-25):

*"Em que pesem os esforços da defesa, a falta grave ficou devidamente caracterizada, através de procedimento próprio, com garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa do sentenciado.*

*A justificativa apresentada pelo sentenciado não afasta a sua irresponsabilidade e falta de disciplina com a execução penal, pois, não é dado ao penitente modificar as condições do cumprimento da execução, além de despida de qualquer comprovação.*

*No presente caso, não há como negar a autoria já que a posse da droga, é inegável, haja vista que o procedimento realizado pelos agentes penitenciários sequer foi questionado, tendo em vista que o próprio sentenciado confessou que portava a droga no interior do Presídio.*

*Ademais, foi ajuizada ação penal em face do reeducando, a qual tramita no Juizado Especial.*

*A indisciplina, no caso, não deve ser relevada, pois a tolerância frustraria os fins da execução.*

*É pacífico na jurisprudência das Cortes Superiores que vindo o recuperando a cometer falta grave, reinicia-se o prazo para contagem o benefício da progressão de regime.*

*Quanto aos dias remidos e por serem remidos até a data da falta grave, nos termos do art. 127, da LEP, conforme redação dada pela Lei*

*n.º 12.433/2011, o reconhecimento da falta grave poderá resultar, também, na revogação de 1/3 do tempo remido.*

*E neste aspecto, tenho que a punição deve ser com maior rigor, pois o reeducando, mesmo já estando preso por ter ofendido as regras de pacificação social, não se conteve e continuou a praticar atos criminosos, vindo a portar drogas no interior do Presídio. Assim, os dias remidos devem ser retirados em sua fração máxima."*

Todavia, ao não acolher os embargos de declaração opostos contra o acórdão do julgamento do agravo em execução, o Tribunal estadual consignou que o alegado *"erro de fato e a contradição inexistem no presente caso, levando-se em conta que não houve provocação pela parte para se manifestar sobre a imprescindibilidade ou não da elaboração de laudo toxicológico para o reconhecimento da falta grave. Portanto, inviável o conhecimento de tal pleito, eis que a pretendida tese não foi ventilada nas razões do recurso de agravo em execução, configurando, assim, indevida inovação recursal"* (fl. 93).

Como se percebe, o tema relativo à imprescindibilidade de laudo toxicológico não foi ventilado oportunamente perante o Tribunal de origem, motivo pelo qual não pode ser agora examinado por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito, *mutatis mutandi*:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXCESSO DE EXECUÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. FUGA E REITERAÇÃO. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Matéria não apreciada pelo Tribunal de origem não pode ser diretamente enfrentado por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância.*

*2. Admite-se a não progressão ao regime semiaberto com base em fundamentos concretos que evidenciem o não preenchimento do requisito subjetivo, pois o apenado encontrava-se foragido do ergástulo desde 26.09.2017 (fl. 296 do PEC), sendo recapturado enquanto cometia novo crime (04.06.2018).*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 550.407/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 27/02/2020.)*

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora